

QUESTÃO 1) AINDA APRESENTANDO UMA ESTRUTURA ECONÔMICO-SOCIAL HEGEMONIZANTE RURAL O BRASIL NOS ANOS 1940, ASSISTIU A PROTEÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NAS CIDADES, AMPARADA PELA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT-1943), E, AO MESMO TEMPO, IMPOSSIBILITADA DE ATUAR LIVREMENTE QUANDO A PAVTA ERA O SINDICALISMO.

A ditadura do Estado Novo em seu projeto nacional - desenvolvimentista e industrializante, priorizou setores da economia e da sociedade que representavam uma possível nova realidade para o país.

No entanto, em decorrência de não ter existido um programa concreto de reforma agrária e de combate ao monopólio praticado pelos grandes latifundiários, as estruturas da economia rural e a realidade dos camponeses esteve praticamente inalterada.

Ainda que alguns programas de colonização e exploração do interior do país, como o serviço de mobilização de trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), no intuito de aumentar as exportações de borracha, em virtude da Segunda Guerra Mundial, o que se assistiu nos anos da ditadura do Estado Novo, assim como no governo Dutra (1946-1950), foi a ausência de políticas de estímulo à renovação/mudança da realidade socioeconômica do meio rural brasileiro.

Antigas práticas dos grandes grupos oligárquicos brasileiros, somavam-se aos partidos de orientação mais ao centro (PSD), assim como os mais conservadores à direita (UDN). O mandonismo local, característico dos tempos iniciais da República, permaneceu como peça fundamental no sistema político de alianças. Nos anos 1950, pautas como a ampliação da CLT aos trabalhadores rurais, reforma agrária e o combate aos efeitos da seca pelas autoridades, deram o tom nas associações de trabalhadores do campo. Formavam-se assim as ligas camponesas.

O Nordeste foi a região que concentrou o maior número de associações de trabalhadores ligados ao campo, o que imediatamente despertou o alerta das autoridades locais. Francisco Julião, advogado e deputado estadual pernambucano, tornou-se uma espécie de representante político dos camponeses. Havia portanto, uma bandeira de luta legítima: a reforma agrária. Conseqüentemente um choque entre as ligas camponesas e os mandatários políticos tradicionais estava prestes a acontecer.

Não só a representação parlamentar e as denúncias na imprensa, a respeito da realidade camponesa, saíram os meios de luta das ligas camponesas. Marchas pelo interior do Nordeste e até mesmo sobre as capitais de estado e outras importantes cidades foram organizadas.

NA CAPITAL FEDERAL O ENTÃO PRESIDENTE JOSCELINO KUBITSCHEK ERA PRESSIONADO POR PARTIDOS QUE REPRESENTAVAM OS GRUPOS LATIFUNDIÁRIO, A TOMAR MEDIDAS PARA CONTINGENCIAR O MOVIMENTO CAMPESSINO.

EM MEIO À REALIDADE DE CRESCIMENTO E ORGANIZAÇÃO CADA VEZ MAIOR NO INTERIOR DAS LIGAS CAMPESSINAS, O PCB, MANTIDO PROSCrito DE SUAS ATIVIDADES POLÍTICAS DESDE MAIO DE 1947 RECONHECIA A NECESSIDADE DE APROXIMAÇÃO JUNTO ÀS LIGAS. DESDE O SEU "MANIFESTO DE AGOSTO" DE 1950, O PARTIDO COMUNISTA VISLUMBRAVA A NECESSIDADE OU POSSIBILIDADE DE ASSOCIAR-SE ÀS LIGAS CAMPESSINAS, DE FORMAR ASSIM, A TÃO ESPERADA "FRENTE POPULAR DE LIBERTAÇÃO NACIONAL".

DE INSPIRAÇÃO MAOÍSTA, EM VIRTUDE DO EXÉRCITO POPULAR CHINÊS, E DE SUA REVOLUÇÃO CAMPESSINA EM 1949, O PCB RECONHECIA QUE ERA CHEGADO O MOMENTO DE ARMAR OS CAMPESSINOS PARA A REVOLUÇÃO. DESSA FORMA, CÉLULAS DO PCB PASSARAM A INFILTRAR-SE NAS LIGAS CAMPESSINAS, NA TENTATIVA DE ESPALHAR O PROJETO DA "FPLN".

PASSADO O GOVERNO JK E AS DUAS GRANDES SECAS DA DÉCADA DE 1950 O MOVIMENTO CAMPESSINO BRASILEIRO, SOBRETUDO AS LIGAS CAMPESSINAS DO NORDESTE, ASSISTIRAM A DOIS MOMENTOS DE CARÁTER PROFUNDAMENTE DISTINTO NA DÉCADA DE 1960. O PRIMEIRO SERIA A ESPERANÇA E O RECONTOAMENTO POR PARTE DO GOVERNO FEDERAL, EM TORNO DAS PONTAS SOCIAIS, TAIS COMO A REFORMA AGRÁRIA, SOBRETUDO NOS ANOS EM QUE JOÃO GULART ESTEVE À FRENTE DA PRESIDÊNCIA. JÁ O SEGUNDO MOMENTO SERIA O DO RECRUDESCIMENTO DAS CONTRADIÇÕES, BEM COMO DA POLÍTICA DE AVANÇAS, APROFUNDADA AINDA MAIS, ENTRE O REGIME MILITAR E AS ELITES LATIFUNDIÁRIAS BRASILEIRAS.

A ESCALADA REACIONÁRIA DOS GRUPOS CONSERVADORES BRASILEIROS, ORIENTADA E REVERBERADA PELA IMPRENSA HEHEMÔNICA, REFORÇAVA A IDENTIFICAÇÃO DE JOÃO GULART COMO SENDO A DE UM "AGITADOR", ALIADO AOS GRUPOS QUE AMEAÇAVAM A ORDEM POLÍTICA DO PAÍS. DESDE A VISITA DO PRESIDENTE À CHINA, PASSANDO PELA RELAÇÃO COM OS SINDICATOS E LIGAS CAMPESSINAS, E ATÉ MESMO A AGENDA DAS REFORMAS DE BASE, TRANSFORMARAM JOÃO GULART NUMA ESPERANÇA PARA OS PROGRESSISTAS, E AO MESMO TEMPO NA MAIOR AMEAÇA AOS GRUPOS CONSERVADORES TRADICIONAIS DO PAÍS.

COM O GOLPE CIVIL-MILITAR EM 1964 E A POSTERIOR INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DITADURA MILITAR, O APARELHAMENTO E A VIGILÂNCIA DO ESTADO JUNTO ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE LUTA E EMANIPULAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS, REPRESENTARIAM UM ESTABELECIMENTO NO MOVIMENTO CAMPESSINO. REPRESSÃO, VIOLÊNCIA, MORTES E DESAPARECIMENTOS

JUSTIFICAM-SE A PARTIR DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E PELO COMBATE AO "INIMIGO INTERNO".

NA TENTATIVA DE AFASTAR OS TRABALHADORES RURAIS DO ESPECTRO DE INFLUÊNCIA POLÍTICO-IDEOLÓGICA DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA, E ATÉ MESMO DAS ASSOCIAÇÕES/LIGAS, O REGIME MILITAR CONCEDEU A AMPUGÃO DA CLT PARA OS TRABALHADORES DO CAMPO. DO LADO COM UMA DAS MÃOS O GOVERNO BUSCAVA ADESTRAR OU DOMESTICAR A LUTA CAMPESINA, INSTITUCIONALIZANDO-A JUNTO AO ESTADO (MINISTÉRIO DO TRABALHO), ASSIM COMO REGULAMENTANDO OS LIMITES AO SINDICALISMO RURAL. NA OUTRA MÃO, A DITADURA REFORÇAVA O COMBATE AOS GRUPOS RADICAIS, ESFORÇANDO-SE EM ELIMINAR QUALQUER MECANISMO DE RESISTÊNCIA IDEOLÓGICA. DESSA FORMA, MAIS PODER E CONTRAÇÃO, ALÉM DE APOIO POLÍTICO RECEBIDO, DAVAM A TÔNICA DA RELAÇÃO ENTRE OS GRANDES GRUPOS ECONÔMICOS RURAIS E O REGIME MILITAR.

O RETORNO DO CARÁTER MASSIVO E COLETIVO DO MOVIMENTO CAMPESINO, DEU-SE NO PROCESSO DE DIFUSÃO OU ABERTURA, A PARTIR DE MEADOS DOS ANOS 1970, QUANDO REPRESENTAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHADORES RURAIS PASSAVAM A RETOMAR A Pauta DA REFORMA AGRÁRIA E A QUESTIONAR A INFLUÊNCIA DA UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA (UDR), JUNTO AOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS PROPRIETÁRIOS DA REFORMA AGRÁRIA E DO COMBATE ÀS TERRAS IMPRODUZIVAS.

NOS ANOS 1980 SURTIA O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST), HERDEIRO DAS LUTAS ANTERIORES, E QUE DESTACAVA-SE DAS LIGAS CAMPESINAS PELO SEU CARÁTER ABRANGENTE EM QUASE TODO O TERRITÓRIO NACIONAL E PELA ESTRATÉGIA DE OCUPAÇÃO DE FAZENDAS E ESTRADAS, COMO FORMA DE CHAMAR A ATENÇÃO DAS AUTORIDADES PARA A NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DE UM PROJETO EFETIVO E CONCRETO DE REFORMA AGRÁRIA. ASSIM, O INSTITUTO NACIONAL DE COLÔNIAS E DA REFORMA AGRÁRIA (INCRA) SERIA PROJETADO COMO INSTRUMENTO FUTURO PARA O COMBATE À CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA, NUM PAÍS QUE VIVIA A CONJUNTURA DA REDEMOCRATIZAÇÃO, AINDA QUE LIMITADÍSSIMA EM VIRTUDE DA CONDUÇÃO RESPETADA PELOS MILITARES E GRUPOS POLÍTICOS TRADICIONAIS.

QUESTÃO 3 O tema "CULTURA E MOVIMENTOS SOCIAIS" NO BRASIL, POSSUI FUNDAMENTAL RELEVÂNCIA PARA A COMPREENSÃO DO PERÍODO CONHECIDO POR "EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA". VISTO QUE O INTERVALO 1945-1964, ESTÁ SITUADO ENTRE DUAS DITADURAS.

O ponto de partida poderá abordar justamente este fator. Como num intervalo temporal tão curto — menos de 20 anos — a REPÚBLICA BRASILEIRA FOI ASSOLADA POR DOIS PROCESSOS TÃO ANTAGÔNICOS? QUAIS SERIAM ESSES PROCESSOS?

Um reconhecido por "REDEMOCRATIZAÇÃO", AO ESTABELEÇER BASES CONSTITUCIONAIS, ALÉM DE ASSOCIAVAR E SALVAGUARDAR AS CONQUISTAS OPERÁRIAS, ASSIM COMO NO PERÍODO, TER SIDO POSSÍVEL VIVENCIAR A POSSE DE CINCO PRESIDENTES, QUE APESAR DAS CRISES POLÍTICAS, CHEGARAM AO PODER AMPARADOS PELO VOTO POPULAR OU PELA CONSTITUIÇÃO.

DE ACORDO COM ESSA ANÁLISE INICIAL, PROPÕE-SE AOS ALUNOS A DISCUSSÃO ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DOS VALORES DEMOCRÁTICOS, E ASSIM RELACIONAR ESTE ELEMENTO AO CRESCIMENTO DOS RADICALISMOS IDEOLÓGICO-CULTURIS QUE DESPREZAM AS BASES DEMOCRÁTICO-CONSTITUCIONAIS DO ESTADO.

O outro período abordado seria o do "ENSAIO GERAL" PARA O DESFECHO DECISIVO DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964. O "ENSAIO GERAL" PODE SER ASSIM ENTENDIDO COMO A MANOBRA CONSERVADORA DO PARLAMENTO BRASILEIRO EM 1961, QUE A PARTIR DE DISPOSITIVOS LEGAIS, LIMITOU OS PODERES DO ENTÃO PRESIDENTE JOÃO GOMES DE OLIVEIRA, AO MODIFICAR O SISTEMA DE GOVERNO DA REPÚBLICA. SENDO ASSIM, ANALISAR, EM OS ALUNOS, DE QUE MANEIRA A SOCIEDADE PODE SER CONJUNTA DE QUE OS INSTRUMENTOS POLÍTICO-CONSTITUCIONAIS SÃO USADOS DAS MAIS DIVERSAS FORMAS PARA OS MAIS DIVERSOS OBJETIVOS.

ASSIM, EM MEIO AOS DOIS MOMENTOS — REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1945 E GOLPE CIVIL MILITAR DE 1964 — SERIAM ANALISADOS OS FENÔMENOS CULTURIS DA MÚSICA, DO FÚTEBOL, CINEMA, RÁDIO E TELEVISÃO COMO UM MEIO DE PERCEBER A SOCIEDADE BRASILEIRA DO PERÍODO, ASSIM COMO ENTENDER COMO OS MOVIMENTOS SINDICAIS, ESTUDANTIL, CONSERVADOR-CRISTÃO E EMPRESARIADO COMPORARAM-SE / AGIRAM NO PERÍODO EM QUESTÃO, PAVIMENTANDO ASSIM O CAMINHO PARA UMA ANÁLISE MAIS PLURAL E CRÍTICA AO ALUNO.

QUESTÃO 2) O SÉCULO XI APRESENTA UMA IMPORTANTE ALTERAÇÃO NO CONTEXTO PORTU-
GAL, E MAIS ESPECIFICAMENTE PORTUGUÊS. TRATA-SE DA ALTERAÇÃO DO
EIXO ECONÔMICO-COMERCIAL DO MAR MEDITERRÂNEO PARA O OCEANO ATLÂNTICO.

ORIGINAISMENTE, O ATLÂNTICO PASSOU A SER O FIO CONDUTOR DO PROJETO
EXPANSIONISTA ULTRAMARINO PORTUGUÊS. A PARTIR DO PÉRIODO AFICANO, FUNDARAM-SE
DESDE FEITÓCIAS ATÉ MESMO COLÔNIAS, NO OBJETIVO FINAL DE ABRIR UMA NOVA ROTA
EM DIREÇÃO ÀS ÍNDIAS. SENDO ASSIM, A ÁFRICA TORNAVA-SE UM VALIOSO ELEMENTO
DE TRANSPOSIÇÃO DO ATLÂNTICO, E UMA ESPÉCIE DE CENTRO ABASTecedor E ENTREPOSTO
COMERCIAL EM DIREÇÃO AO OBJETIVO FINAL: AS ÍNDIAS.

A PARTIR DA CONQUISTA E DISPUTAS TERRITORIAIS NA AMÉRICA, PORTUGAL
TEVE A NECESSIDADE DE COLONIZAR EFETIVAMENTE O BRASIL, UMA VEZ QUE ATÉ A
PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVI NÃO EXISTIAM RECURSOS HUMANOS E ECONÔMICOS
SUFICIENTES PARA A COLONIZAÇÃO DO BRASIL. AS CONSTANTES INVASÕES E A
CONTESTAÇÃO DE OUTROS REINOS EUROPEUS À DIVISÃO DE TERRAS, IMPLICAVAM
PORTUGAL A REIVINDICAR E LEGITIMAR A POSSE DO TERRITÓRIO BRASILEIRO.

A ÁFRICA TERIA UM PAPEL DECISIVO NESSE PROCESSO, UMA VEZ QUE A
ESCRAVIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UMA LÓGICA TÍPICAMENTE EXPLORATÓRIA SERIAM
DECISIVOS PARA OS OBJETIVOS PORTUGUESES. AS DISPUTAS COM ESPANHA, FRANÇA E
HOLANDA PELOS MERCADOS E ROTAS DE Especiarias NA ÁSIA, ENTRAQUELERAM
PORTUGAL E SUA POSIÇÃO NA ÁSIA. DESSA FORMA, HOVE UM MAIOR ESFORÇO
EM CONCENTRAR A POLÍTICA COLONIAL DO ESTADO PORTUGUÊS NO IMPÉRIO DO ATLÂNTICO.
ÁFRICA COM OS RECURSOS HUMANOS E A MÁQUINA BRUTAL DA ESCRAVIZAÇÃO E
O BRASIL COM AS ENORMES FAZENDAS/ENGENHOS SE RETROALIMENTAVAM.

FORMOU-SE ASSIM, UMA LÓGICA COMERCIAL, CULTURAL E POLÍTICA
ASSENTADA NA ESCRAVIDÃO, TORVANDO QUASE QUE A TOTALIDADE DAS ATIVIDADES
SOCIOECONÔMICAS DAS COLÔNIAS PORTUGUESES, DEPENDENTES DO TRÁFICO NEGRÁRIO.
DETERMINADAS ATIVIDADES ECONÔMICAS COMO AS BANDEIRAS, COMO AOS QUILOMBOS,
ASSIM COMO DETERMINADOS PRODUTOS COMO TABACO E CACHAÇA, ERAM DIRETAMENTE
LIGADAS ÀS ATIVIDADES ATLÂNTICAS. O VOLUME DAS POPULAÇÕES ESCRAVILHADAS AUMENTAVA
CONFORME A DEMANDA/NECESSIDADE DO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS.

DE MEADOS DO SÉCULO XVII, QUANDO RETOMOU-SE O CONTROLE SOBRE
O NORDESTE AÇUCAREIRO COM A EXPULSÃO DOS HOLANDESES, ATÉ O ADVENTO DA

PROSPECÇÃO DE MINÉRIOS em MINAS GERAIS, O BRASIL COLÔNIAL ASSISTIU A
AMPLIAÇÃO SIGNIFICATIVA DA IMPACTAÇÃO DO ATLÂNTICO PARA OS RUMOS DO IMPÉRIO
ULTRAMARINO PALMARES.

ANCOA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ REPRESENTAVAM OS PRINCIPAIS CENTROS
FORNECEDORES DE ESCRAVOS PARA O BRASIL. SENDO ASSIM, NUMA SOCIEDADE E
ECONOMIA FUNDAMENTADAS PELA ESCRAVIDÃO O ATLÂNTICO TORNA-SE NO PERÍODO
ENTRE OS SÉCULOS XVI ATÉ O XIX, O TERRITÓRIO VITAL PARA OS OBJETIVOS DO
REINO DE PORTUGAL.